
Tessituras de Vida e Morte: Análise Discursiva da Produção Jornalística de Eliane Brum no Jornal *El País* Brasil no contexto da pandemia da Covid-19¹

Jônatas Pereira do Nascimento ROSA²

Andréa Cristiana SANTOS³

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

Resumo

Este artigo analisou o discurso jornalístico de Eliane Brum a respeito da pandemia da Covid-19, a fim de compreender as tessituras discursivas relacionadas às mortes de povos tradicionais e as violências cometidas contra o povo brasileiro no contexto pandêmico. A jornalista faz um movimento de denúncia contra o governo de Jair Bolsonaro, permitindo um diálogo com a noção de luto público de Butler (2020), como evoca a memória dos povos originários, retirando-os do esquecimento midiático. Foram analisadas duas colunas veiculadas no *El País* Brasil, em junho e agosto de 2020. Eliane Brum produz um discurso dialógico, promovendo um espaço de abertura para o outro, composto por essas vozes que não são evidenciadas pela mídia. Identificou-se, ainda, que a memória aparece como elemento intertextual.

Palavras-chave: pandemia; jornalismo; luto; diálogo; memória.

Introdução

No início de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou a Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*) como uma emergência de saúde pública nacional, com impactos significativos na vida social, na educação, cultura, economia e saúde da população. No período de março de 2020 até 6 de julho de 2022, foram 672.429 óbitos acumulados em decorrência de complicações da doença (BRASIL, 2022). O registro inicial se referia a uma doença do sistema respiratório, referentes aos casos de uma pneumonia, ocorridos na província de Wuhan, na China, cujas autoridades de saúde divulgaram a incidência em 31 de dezembro de 2019.

A síndrome respiratória se tornou uma realidade para cidadãos de várias partes do planeta, com sobrecarga nos sistemas de saúde e adoção de medidas de isolamento e

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB e bolsista de iniciação científica do Projeto Comunicação e Saúde em Tempos de Pandemia da Covid-19, com o subprojeto Tessituras de Vida e Morte – Escritos de Jornalistas sobre a Pandemia da Covid-19, e-mail: jonataspereiradonascimento@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação (UFRJ), professora do Curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB-BA, e-mail: andcsantos@uneb.br

distanciamento social. Os acontecimentos sociais decorrentes da Covid-19 se popularizaram pelos meios de comunicação. Como afirma Luiz Ferraz (2020), a pandemia da Covid-19 teve no Brasil algumas situações exclusivas como a interferência política e as disputas entre atores políticos para mediar a crise sanitária. Como uma forma de tentar compreender ou lançar luz sobre esse cenário, jornalistas produziram informação jornalística, artigos, colunas comentando as principais disputas desse contexto, entre eles a jornalista Eliane Brum.

No circuito comunicativo da pandemia, circulam informações - algumas verdadeiras, outras não -, tornando difícil encontrar fontes confiáveis a respeito da covid-19 (MELLO, 2020). Por isso, a importância da atuação de jornalistas que produzem informações comprometidas com o cidadão, pois “jornalistas não se limitam a colher informações; eles também ajudam a distinguir o que é verdade do que é mentira, o que é importante do que não é. A curadoria da informação ganhou relevância” (MELLO, 2020, p. 230).

Assim, apontamos a expertise da jornalista Eliane Brum que, nesse contexto pandêmico, desempenhou um papel singular por meio de suas colunas no *El País* Brasil. A jornalista promoveu a circulação de informações sobre o impacto da pandemia na vida de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e na sociedade brasileira, através da denúncia de uma série de violências e desrespeito aos direitos da pessoa humana cometidas contra essas populações pelo Governo Bolsonaro.

Diante disso, fez-se um estudo de caso da produção jornalística de Eliane Brum para compreender as tessituras discursivas relacionadas às mortes de povos tradicionais e as violências cometidas contra o povo brasileiro. A hipótese é de que o discurso jornalístico traz vozes e sentidos que não apagam os sujeitos, mas possibilita um diálogo possível. Portanto, recorreu-se à análise do discurso (AD) para entender como Eliane Brum promove um diálogo com a noção de luto público de Butler (2020), ao tecer denúncias contra o governo Bolsonaro e retirar do esquecimento midiático as vítimas da Covid-19. Identificamos que os textos têm inter-relações com a memória, a qual aparece como elemento intertextual.

Percurso metodológico da pesquisa

Esta pesquisa é qualitativa, na qual propomos um estudo de caso a partir da produção jornalística de Eliane Brum no contexto de pandemia da Covid-19, a partir de um processo de reflexão e de imersão em fontes bibliográficas e documental (GIL, 2020).

A pesquisa documental compreendeu a etapa quantitativa, com a separação e classificação de 58 textos que circularam na coluna do *El País* Brasil, de dezembro de 2019 a dezembro de 2021. Dessa amostra, foram selecionados os artigos: “A marcha dos mortos” e “Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês”.

Após essa etapa, foi adotada a análise do discurso a partir das contribuições de Norman Fairclough (2001) e Marcia Benetti (2007) para compreender os sentidos enunciados pelo discurso jornalístico, identificando o movimento de força que é exterior e anterior ao texto (BENETTI, 2007, p. 111). Esse movimento de força é constituído por uma trama complexa que advém de fatores interacionistas como a cultura, a ideologia, forças políticas e a produção da notícia.

Norman Fairclough (2001) nos convoca a realizar análise crítica do material jornalístico como uma prática social, histórica e disponível à crítica dos receptores ativos da mensagem. A análise do discurso evidenciou a trama discursiva - vozes e sentidos - construída por diversos agentes – o jornalista – sujeito enunciator deste discurso; as fontes especializadas em ciência e os leitores como receptores ativos. Essa abordagem analítica é relevante ao considerar que o jornalista participa da construção do enunciado e pode acionar elementos da identidade jornalística, do *ethos* profissional e da ética ao evidenciar os impactos sociais da pandemia e suas consequências para o desenrolar dos acontecimentos, que são uma batalha entre a vida e a morte.

Trajatória profissional: “O gênero é Eliane Brum”

A trajetória de Eliane Brum abarca algumas mudanças significativas no seu modo de fazer jornalismo como jornalista mais premiada do país (SOARES, 2021). Ela trabalhou por 11 anos como repórter do *Zero Hora*, de Porto Alegre. Após isso, atuou 10 anos como repórter da Revista *Época*, em São Paulo, na qual se dedicou ao jornalismo literário com grandes reportagens e perfis que deram enfoque a vida das personagens anônimas, demonstrando suas mazelas, mas também a resistência que as

permite tecer suas vidas mesmo em meio à brutalidade. Desde 2017, a jornalista que cobre a Floresta Amazônica desde a década de 1990, vive em Altamira, no Pará, como parte do seu processo comunicativo de aproximação da Amazônia (QUIRINO, 2021).

Segundo Caco Barcellos (BRUM, 2009, p. 10), “reportagem, para Eliane, é um ato de entrega, de envolvimento intenso entre quem fala e quem escuta, por meio de uma relação preciosa de confiança mútua entre repórter e reportagem”. O que rende uma narrativa de sentidos que não deixa o leitor indiferente às situações narradas pela jornalista. O exercício profissional de Brum nos evoca a capacidade do jornalista de ser um narrador, no processo dialógico de ouvir o outro e de intercambiar experiências, pois desenvolve a “faculdade por excelência do narrar. Espera, assim, que ao carregar seu texto com os significados que emanam do encontro, vias se abram para que seu leitor também experimente o fenômeno comunicacional arrebatador” (VENTURA; ABIB, 2019, p. 173).

Em novembro de 2013, a versão brasileira do *El País*, do grupo PRISA, lançou um portal e, desde então, as colunas de Eliane Brum foram publicadas quinzenalmente no jornal, e traduzidas para edições de América e de Espanha (VIVAR; ABIB, 2018). No entanto, a versão brasileira foi extinta no ano de 2021 e a jornalista continuou colaborando na edição Espanha.

Nas colunas, nas quais Eliane Brum faz uso do gênero opinião, percebe-se um discurso que se aproxima do compromisso ético e político, com textos que procuram dar sentido à conjuntura política do país. Sob o expediente da argumentação, as colunas não perdem a principal característica que marca seus textos: um jornalismo de desacontecimentos que compreende práticas de resistência ao modo tradicional do fazer jornalístico, rompendo com os critérios de noticiabilidade e dando ênfase as vozes que estão à margem da narrativa (VIVAR; ABIB, 2018, p. 26).

Nota-se, todavia, uma mudança de estilo na produção textual da jornalista. A web possibilita um espaço de experimentação para Brum, permitindo o aprofundamento narrativo e a ampliação de vozes (VIVAR; ABIB, 2019, p. 29). Assim, percebemos uma variedade de estilos e gêneros textuais nas colunas da jornalista, desde a reportagem narrativa, o ensaio, o artigo e a crônica; às vezes a mistura de todos eles. A jornalista criou o seu próprio estilo de escrita, sua assinatura jornalística. Como afirmou Antonio Jiménez Barca, ex-diretor do *El País* no Brasil: “o gênero é Eliane Brum. Ela escreve

uma coluna que é Eliane Brum” (VIVAR; ABIB, 2018, p. 31). Assim, a definição compreende que a jornalista produz uma narrativa singular, cujos textos evidenciam as tessituras de vivências universais e individuais articuladas às questões históricas, políticas e culturais, como concluem os autores Vivar e Abib (2018).

Antes de partirmos para o corpus selecionado, é preciso entender como Eliane compreende o cenário de Covid-19 no Brasil. Em 25 de março, Brum escreveu o primeiro artigo sobre a pandemia, intitulado “O vírus somos nós (ou uma parte de nós)”, no qual esclarece que a pandemia faz parte de um processo maior, a crise climática. “O efeito da pandemia é o efeito concentrado, agudo, do que a crise climática está produzindo de forma mais lenta. É como se o vírus desse uma palhinha do que viveremos logo mais” (BRUM, 2020d).

Em diálogo com Bruno Latour (2020) e Ailton Krenak (2019), Brum entende que a pandemia é a primeira de muitas outras que não surgirão se não tomarmos medidas sérias para transformarmos o modo de ser destrutivo à vida das espécies. Assim, as sucessivas mortes ocorridas no contexto pandêmico vão além da letalidade do vírus, elas são responsabilidade do Estado, seja por causa da precarização da saúde pública, o aumento da desigualdade e da miséria, da falta de investimento em saneamento e moradia digna (BRUM, 2020c).

A partir da assertividade do discurso, consideramos que a jornalista exerce o papel de uma intelectual crítica que não apenas informa, mas forma pensamentos, produz conceitos. Na perspectiva de Marocco (2020), ela assume a personificação do novo intelectual, capaz de explicitar os modos de se entender a realidade complexa que vivemos e ser o responsável por decifrar o que permanece oculto no discurso midiático demonstrando a complexidade do acontecimento. “O que dá consistência e diferença a essa figura é a capacidade de crítica para opor, ao jornalismo dominante, outros modos de produção e outras formas de subjetivação” (MAROCCO, 2020, p. 31).

A denúncia das mortes por Covid-19 e o luto na esfera pública

Nos hospitais, as crianças teriam sido contaminadas por covid-19. E lá morreram. E então seus pequenos corpos desapareceram, possivelmente enterrados no cemitério da cidade. Duas das mães estão com covid-19, amontoadas na Casa de Saúde Indígena (CASAI), abarrotada de doentes. Lá, corroídas pelo vírus, elas imploram pelos seus bebês (BRUM, 2020b).

No texto acima, “Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês”, Eliane nos apresenta a história de três mães Sanõma, duas delas com Covid-19, que estão com os filhos desaparecidos. O texto soa como um espanto, como se descrevesse um horror quase impossível de ser narrado, mas que precisava ser denunciado. A palavra violência é utilizada desde o início para descrever a situação das mães e repetida nove vezes no texto. Na produção textual, percebe-se o uso da construção cena a cena da narrativa, na qual descreve ações, para que o leitor compreenda o tamanho da violência narrada.

Como parte das elaborações conceituais sobre o luto pelos mortos no 11 de setembro, Judith Butler (2020, p. 40) afirma que a violação oferece a percepção de que existem outras pessoas das quais nossa vida depende, pois “significa que somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade social dos nossos corpos”. Assim, a violência “é uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro” (BUTLER, 2020, p. 49).

É essa a percepção de vulnerabilidade de corpos indígenas acossados pela violência da sociedade brasileira desde tempos remotos, quando a população Yanomami foi dizimada pelos primeiros homens brancos. Ao narrar a situação das mães Sanõma ao verem seus filhos com sintomas de pneumonia, Eliane Brum explicita a violência a que foram submetidas: “Ter seu bebê contaminado por uma segunda doença, quando estava ali para ser curado da primeira, que ainda era uma hipótese, é mais uma violência. E então ela perde o filho. Cada uma delas perde o filho” (BRUM, 2020b).

Brum demonstra a vulnerabilidade das mães Yanomami que foram submetidas aos protocolos sanitários ocidentais sem qualquer tipo de sensibilidade aos ritos dessa etnia. Na sequência do texto, a vulnerabilidade é ainda mais explícita, pois as mães Sanõma, vitimadas pela Covid-19, não entendem o código verbal da língua portuguesa. Embora, como afirma Eliane Brum, “apesar de Roraima ser o Estado mais indígena do Brasil e quase duas centenas de Yanomami já terem sido contaminadas pelo novo coronavírus, não há tradutor para essa população” (BRUM, 2020b).

Então, cada mãe fica sujeita a buscar a compreensão do que acometeu os seus filhos. Como denuncia Eliane Brum, “ninguém explica nada a elas. As mulheres não entendem o que os brancos falam. E os corpos de seus filhos desaparecem”. Elas estão

totalmente à mercê de um outro que não as compreende, nem possibilita meios para que sejam entendidas em sua língua. E assim, a violência se perpetua no silêncio.

Para entendermos como a violência está intrinsecamente vinculada ao corpo que não é permitido zelar, fazer o ritual de entrega à comunidade, é preciso ler e ouvir a escrita de Brum que expressa a dor a que essas mulheres Sanõma são expostas:

Os Yanomami não são enterrados. Nunca, sob nenhuma hipótese se enterra um corpo. Os corpos são cremados e há um longo ritual para que o morto possa morrer para si e para a comunidade. [...] Os rituais de morte devem ser seguidos em todos os detalhes e levam meses e até anos para se concluírem. Várias aldeias vão até a comunidade do morto para participar da cremação, num primeiro momento. As cinzas então são guardadas.

Meses depois haverá a segunda parte, quando os visitantes mais uma vez retornam para as celebrações. O morto então será lembrado em seus feitos [...] No último ato, as cinzas dos mortos são diluídas em mingau de banana para que aquele que morreu se dissipe no corpo de todos.

O ritual faz o morto morrer também como memória, para que os vivos possam viver. Se o ritual não for realizado, o morto não poderá ser esquecido nem se deixará esquecer, o que provoca muito mal a seus parentes e a toda a comunidade (BRUM, 2020b).

Como identificamos na sequência discursiva acima, Eliane Brum faz um movimento de entrega ao Outro clássico do seu *ethos* jornalístico, uma narrativa de sentidos que intercambia experiências e busca compreender o outro. Ela realiza uma imersão no ritual que os Yanomami fazem “para que o morto possa morrer para si e para a comunidade” para que se faça compreensível não apenas a violência que é enterrar um corpo Yanomami, e, principalmente, busca interpelar o leitor sobre sua responsabilidade coletiva diante da violência exposta.

O discurso da jornalista convida à reflexão, ao diálogo, mas também solicita que o leitor reconheça a existência das personagens narradas, sua humanidade. De modo que ela descreve o ritual de cuidado com o ente que morreu e evoca uma outra concepção de luto, ainda não compreendida pelas sociedades ocidentais contemporâneas. O luto como um ato coletivo: “O ritual faz o morto morrer também como memória, para que os vivos possam viver”. Assim, a partir dessa compreensão, é possível estender o luto - que precisa ser assegurado para que possamos viver - à esfera política para constituir um sentimento de comunidade (BUTLER, 2020).

No texto sobre as mães, Brum denuncia o descaso e o “racismo” do Estado e da população brasileira que ignora a existência dos povos originários, representados por “uma população de 896.917 pessoas, o equivalente a 0,47% da população total do Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010”, composto por 256 povos, que falam mais de 150 línguas diferentes.

Brum aponta o sofrimento histórico das populações indígenas “dizimados por vírus e por balas há cinco séculos” e o descaso do Governo Bolsonaro em “barrar a doença” de suas terras. Butler (2020) argumenta que algumas vidas não existem no discurso público e que suas mortes não são passíveis de luto. “Não se trata apenas, então, de um ‘discurso’ de desumanização que produz esses efeitos, mas sim da existência de um limite ao discurso que estabelece os limites da inteligibilidade humana (...) tal morte desaparece, não no discurso explícito, mas nas reticências pelas quais o discurso público caminha” (BUTLER, 2002, p. 55).

No texto sobre o martírio das mães que não podem velar o corpo dos filhos, Eliane demonstra a reiteração de uma violência secular, sendo as mortes pela Covid-19 uma violência intencional do Estado e do atual Governo Bolsonaro: “não basta matar pela contaminação por vírus, há ainda que torturar mulheres e também homens. Este capítulo está só começando, mas as vítimas já deram a ele um título: genocídio”.

A Marcha dos Mortos

No texto “A Marcha dos Mortos”, Eliane Brum assumiu um gênero discursivo epistolar, profundamente confessional, como se fosse a carta de uma jornalista, uma cidadã enlutada, assombrada por um cenário de violências sem fim perpetradas pelo Estado e pelo presidente da república. O texto expressa o absurdo de estar prestes a presenciar a morte de 100 mil brasileiros, vitimados pela pandemia da Covid-19 sob o Governo Bolsonaro. Ciente de que a tragédia não foi provocada apenas pela circulação do vírus, a jornalista pede perdão:

Eu peço perdão em nome daqueles que aprovam Bolsonaro porque recebem 600 reais por mês do Governo, porque conheço muitas pessoas em situação de pobreza que exigem seus direitos de serem assistidas pelo Estado numa situação de emergência, mas não compactuam com a morte do outro. Eu peço perdão em nome

daqueles que acreditam ser suficiente colocar seu nome em abaixo-assinado enquanto os mortos se enfileiram (BRUM, 2020a).

Na sequência discursiva do texto acima, a jornalista oferece uma perspectiva da falta de solidariedade de uma nação em se unir para barrar o horror. Ela descreve um país caótico, perdido em seu próprio ego, incapaz de se indignar com a morte do Outro. Sendo a principal figura que representa isso, o presidente Bolsonaro.

Para Butler (2020, p. 55), embora se possa argumentar que seria impraticável escrever obituários para todas as pessoas, ou para todo mundo, o obituário funciona como o instrumento pelo qual “uma vida se torna, ou deixa de se tornar, uma vida publicamente dolorosa, um ícone do autorreconhecimento nacional; o meio pelo qual uma vida se torna digna de nota”.

A falta de declarações públicas de luto às vítimas pela Covid-19 e suas famílias por parte do presidente, que quando se pronunciou apenas o fez para diminuir a gravidade da doença, provocou uma desrealização da perda. Não há lugar para elas no discurso público promovido pelo Governo Bolsonaro, visto que para o presidente e seus asseclas nada disso importava, pois o único discurso que os interessava era o da máquina capitalista e como fariam a economia se mover. Nesse contexto, não havia lugar para a morte muito menos para o luto público, pois reconhecer essas mortes é reconhecer que o país precisa se enlutar, assumir sua responsabilidade coletiva.

Dessa forma, Eliane Brum constrói um discurso que oferece o testemunho de algumas das 100 mil vítimas, que merecem ser nomeadas. Assume o dever de memória, a fim de que não recaiam no esquecimento, como nos trechos abaixo.

Eu peço perdão a você, Tia Uia, Clarivaldina Oliveira da Costa, quilombola da Rasa, no Rio de Janeiro, porque depois de tantos séculos de luta para existir num país fundado sobre os corpos dos escravos, você morreu por racismo. [...] Eu peço perdão a você, Roosevelt Guimarães Soares, que enquanto viveu acordava as três horas da madrugada para vender melancia na feira. Eu peço perdão a você, Delcídes Maria Oliveira, que na infância enganou a fome com colheradas de café mas não conseguiu vencer a indiferença do Governo diante dos mortos pela covid-19 (BRUM, 2020a).

Ao fazer esse testemunho, a teia discursiva proposta por Eliane causa um movimento de comoção e indignação porque faz o leitor se lembrar de outros mortos por Covid-19. A jornalista ainda faz um recorte de raça e classe, porque ela compreende quais são as vidas mais atingidas: pobres, indígenas, negros.

Eu peço perdão por aqueles que foram enterrados em covas sem nome. Eu peço perdão por aqueles que foram enterrados em caixas de papel porque faltou caixão. [...] Eu peço perdão a você, bebê Yanomami, que foi sepultado longe da sua terra e do seu mundo, sem o lamento de seus pais, sem as homenagens de seu povo, e, portanto, não terá paz nem deixará os vivos em paz (BRUM, 2020a).

Segundo Butler (2020, p. 13), “a perda de algumas vidas ocasiona o luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano”. Ao citar os mortos que foram vitimados pela Covid-19 e pela omissão do governo que não investiu em políticas públicas de saúde coletiva, Eliane Brum reafirma que essas vidas são dignas de nota, são passíveis de luto.

A partir da estratégia discursiva confessional, Eliane Brum não se isenta de atribuir responsabilização social ao que considera um genocídio sob a orientação do presidente Bolsonaro. Assim, o texto evidencia a intertextualidade com o discurso científico e midiático que circulou sobre a ineficiência de medicamentos, distribuídos até mesmo para povos indígenas: “Bolsonaro está perpetrando um genocídio [...] quando distribui cloroquina e hidroxicloroquina até mesmo para povos indígenas, medicamentos cuja ineficácia para combater a covid-19 já foi cientificamente comprovada, assim como seus riscos” (BRUM, 2020a).

Ao tecer essa narrativa, Eliane Brum dialoga com o pensamento do Estado suicidário, como denomina o filósofo Vladimir Safatle, que se satisfaz não apenas pelo uso da violência para destruir inimigos, mas busca meios de asseverar/testar a sua vontade, como um ator contínuo que gesta/molda toda a catástrofe. O Estado suicidário “é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição” (SAFATLE, 2020, p. 2). Para a jornalista, não há dúvida: a forma como o Governo Bolsonaro tratou a pandemia representa um genocídio, um massacre contra a população.

Mas, ciente de sua responsabilização como intelectual crítica, a jornalista reconhece nos obituários uma forma de resistência para expressar a mobilização de sentidos insurgentes, nos convoca a agir:

Resistimos contando os mortos em mais de um sentido — como estatística confiável, como identidade reconhecida, como história contada. Nos insurgimos fazendo viviários dos que foram mortos, porque diante das ações e das omissões de Bolsonaro e de seu Governo, morrer de covid-19 não é morte morrida, é morte matada. (BRUM, 2020a).

Assim, é necessário contar os mortos, reconhecer suas histórias como uma forma de insurgência, permitindo o diálogo com a noção de direito ao luto, pois “fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética” (BUTLER, 2020, p. 43).

Esse direito ao luto dialoga, intertextualmente, com a memória, evocada como um dever de não esquecer os mortos. Afinal, a memória é uma elaboração social e coletiva que nos permite evocar a noção de pertencimento e identidade (POLLACK, 1992). Assim, realizar o trabalho de luto, e conseqüentemente o trabalho de memória é reconhecer a importância fundamental do Outro para a nossa formação e a construção de um espaço em que circule o sentimento de comunidade.

As Vozes do Discurso

Na leitura dos artigos de Eliane Brum, buscamos identificar as vozes presentes nos textos. Consideramos como vozes apenas as falas dos personagens entrevistados e relatos a partir de resultados de pesquisa e dados estatísticos, como elementos presentes da intertextualidade, pois corroboram para o diálogo discursivo entre as vozes.

Nesse sentido, identificamos, no texto “Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês”, as vozes testemunhais de Eliane Brum; da mãe Yanomami; o pai Remo; a fonte oficial, Procurador da República em Boa Vista Alisson Marugal; as fontes especialistas: professora de Antropologia da Universidade de Brasília, Sílvia Guimarães; intelectual e líder Yanomami Davi Kopenawa; Dario Kopenawa, da Hutukara Associação Yanomami; a Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana; a antropóloga Brulina Baniwa; a carta do Laboratório Matula; o antropólogo francês Bruce Albert. Já no texto “A marcha dos Mortos”, estão presentes a voz testemunhal de Eliane Brum e

a do presidente Jair Bolsonaro, extraída das entrevistas que ele concedeu nos meios de comunicação.

O exercício de reportagem é um esforço constante de como abarcar o Outro em suas multitudes, silêncios, pausas e ternura. No texto sobre as mães Sanõma, percebemos a quantidade de locutores, no total de 11, que a autora traz para construir o seu discurso. A perspectiva analítica da repórter tenta compreender a situação narrada, de modo a detalhar a complexidade do acontecimento, sem em momento algum subestimar as vozes de suas fontes. Brum propõe o que Cremilda Medina chama de o “diálogo possível”, quando o jornalista foge da mera entrevista técnica para intercambiar experiências. Quando entrevistado e entrevistador saem alterados do encontro e a técnica jornalística é ultrapassada “pela intimidade entre o EU e o TU” (MEDINA, 2011, p. 9).

Por isso, infere-se que as vozes presentes no texto sobre as mães Sanõma convergem para afirmação dos sujeitos Yanomami e a violência narrada por eles a partir de um mesmo enunciado. Suas vozes são parte essencial da tessitura que a autora cria, que ao invés de apagar os sujeitos, os afirma, inclusive os retirando do esquecimento tanto midiático quanto social. Pois, como afirma Pollak (1989), há grupos excluídos, marginalizados que não são legitimados pela memória coletiva nacional, que possuem “memórias subterrâneas” que necessitam ser trazidas à tona de alguma forma para que não permaneçam para sempre no esquecimento.

Ao narrar o sofrimento atual, Brum rememora a série de violências históricas que os povos indígenas sofrem há séculos. Ela tece seu texto a partir de suas histórias, abarcando com sensibilidade suas dores e traz intelectuais e pesquisadores indígenas como uma forma de demonstrar que há uma comunidade indígena que busca romper com o silêncio acerca de violências a que são submetidas e/ou suscetíveis de luto na mídia. A autora recontextualiza o discurso dessas vozes em seu próprio discurso, sem despersionalizá-las. Promove o diálogo, mobiliza e ecoa outros elementos textuais, tanto da comunidade indígena intelectual quanto dos próprios personagens, pois entende que em cada um existe um universo a ser desvendado.

Ao trazer a fala de Remo, pai Yanomami que teve o filho desaparecido, Eliane torna esse Outro em presença. Não basta citá-lo no discurso indireto, é preciso compreender o relato dessa vida, escutá-la, entender de onde ela fala, qual a sua cultura.

É preciso tornar o Outro em presença e no processo arrebatado o leitor, fazê-lo reconhecer o diferente.

Para Judith Butler (2020), estamos todos de alguma forma buscando por reconhecimento, pelo qual passa pela linguagem, pois “pedir reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro” (BUTLER, 2020, p. 65). Estamos irreversivelmente vulneráveis uns aos outros. Ao reconhecer isso, podemos aceitar o fato de que, para conhecer verdadeiramente o outro, é preciso ceder ao próprio ego. Esvaziar o si mesmo para perder-se no Outro.

No texto “A Marcha dos Mortos”, Eliane possibilita um espaço de voz aos locutores, principalmente as vítimas de Covid-19, por meio de sua fala no discurso indireto. Para Benetti (2007, p. 116), “o locutor é aquele ‘que fala’ - não apenas o falante, mas os sujeitos que falam por meio dele; temos um locutor autor, por assim dizer, e os locutores a quem ele dá voz por meio de sua fala, no discurso indireto”.

Contudo, a autora recomenda a teoria polifônica da enunciação de Ducrot, que diferencia locutores e enunciadores: “O locutor é quem fala, o enunciador é aquele ‘a partir de quem se vê’. Ou seja: o enunciador deve ser identificado, na análise das vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia” (BENETTI, 2007, p. 119). Assim, é possível identificar, no texto “A Marcha dos Mortos”, a perspectiva enunciativa que expõe a dessensibilização diante do sofrimento do Outro, e outra com o ponto de vista das vítimas por Covid-19.

Os enunciadores que representam a dessensibilização diante do Outro, a exemplo do presidente Jair Bolsonaro, são aqueles que defenderam no contexto pandêmico o não uso da máscara, os que chamaram a Covid-19 de “gripezinha”, que agrediram profissionais de saúde na rua por incitação do presidente, e as instâncias políticas e empresariais que normalizaram o extermínio de milhares de brasileiros.

Brum incorporou essas vozes ao texto como uma forma de tensão com outros discursos. Em contraponto, o enunciado que representa as vítimas da Covid é como um grito comovido de resistência. Os nomes das vítimas são citados, como pequenos obituários que não deixam esquecer suas mortes, uma forma de denúncia da barbárie, um alerta para que os mortos, como defende Brum, possam viver como memória.

Considerações finais

O estudo buscou compreender as narrativas de denúncia das mortes no contexto pandêmico escritas por Eliane Brum. Como afirmam Vivar e Abib (2018), ainda que seus textos se apresentem sob o tom argumentativo do gênero opinativo, Eliane continua a expressar os traços característicos dos desacontecimentos, de forma a mobilizar sentidos e promover o diálogo.

Compreendemos que a produção jornalística de Brum aciona um dever de memória para com os povos subalternizados. Ela os tira da espiral de silêncio rompendo com o paradigma da objetividade jornalística e afirmando esses sujeitos como seres dignos de nota. Em um momento que voltamos ao retorno das atividades presenciais, Eliane Brum furiosamente nos lembra que não há normalidade para a qual voltarmos, pois se não honrarmos a memória dos nossos mortos e assumirmos nossa responsabilidade coletiva diante das suas mortes, não há vislumbre de futuro.

Portanto, pensar na morte é uma maneira de refletir sobre a vida. A vida que somos pressionados a levar, ou uma que garanta justiça e liberdade para os povos. E talvez, necessariamente, o luto, como defende Butler (2020), não signifique esquecer totalmente outra pessoa ou substituí-la. Essas vidas, esses laços que perdemos, nos constituem. Negar suas mortes é negar sua potência de vida, suas histórias. É desumanização. Como afirma Carla Rodrigues, “o trabalho de luto talvez seja, em grande medida, uma tentativa de perder os mortos sem abandoná-los, nosso último e permanente gesto de amor” (RODRIGUES, 2020, p. 137).

Referências bibliográficas

BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Brasília: 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 6 de jul. 2022.

BRUM, Eliane. A marcha dos mortos. **El País Brasil**, São Paulo, 07 de ago. 2020a. Disponível em: l1nq.com/qSygN. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRUM, Eliane. Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. **El País Brasil**, São Paulo, 24 de junho 2020b. Disponível em: l1nq.com/OVM39. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRUM, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. **El País Brasil**, São Paulo, 08 de abril 2020c. Disponível em: l1nq.com/PcCD4. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRUM, Eliane. O vírus somos nós (ou uma parte de nós). **El País Brasil**, São Paulo, 25 de março 2020d. Disponível em: 11nq.com/VOnzE. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2008.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FERRAZ, Luiz Marcelo R. Saúde e política na crise da Covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira. In: **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação, Inovação e Saúde**. 2020 abr.-jun.;14(2). Disponível em: 11nq.com/VLrto.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAROCCO, B. (2020). Um percurso para esboçar o ‘novo intelectual’ que se faz necessário no jornalismo contemporâneo. **index.comunicação**, 10(2), 13-34.

MEDINA, A. Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2011.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUIRINO, Matheus Lopes. Eliane Brum escreve sobre as transformações da Floresta Amazônica em novo livro. **Mongabay**, 10 de nov. 2021. Disponível em: 11nq.com/NPgnN. Acesso em 09 de jul. 2022.

RODRIGUES, Carla. Os fins do luto. **Serrote**, São Paulo, julho de 2020.

SOARES, Fernando. Eliane Brum é a +Premiada Jornalista de 2021. **Portal dos Jornalistas**, 22 de dez. 2021. Disponível em: 11nq.com/t1JtF. Acesso em: 20 de maio 2022.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. **N-1 Edições**, São Paulo, 2020.

VENTURA, Mauro de Souza; ABIB, Tayane Aidar. Apuração jornalística em vias de ternura: a narrativa de sentidos de Eliane Brum. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.16, nº 2, Julho a Dezembro de 2019.

VIVAR, Jesús Miguel Flores; ABIB, Tayane Aidar. O expediente de argumentação no jornalismo de Eliane Brum: análise de suas colunas ao El País Brasil. **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS, v. 19, n. 40 (24-38) maio-ago 2018.